

OS TRÊS FIGURINOS E A POLÍTICA DE FERNANDO HADDAD

*Pedro Micussi**

*Thiago Aguiar***

Fernando Haddad acaba de encerrar sua gestão à frente do ministério da Fazenda para concorrer ao governo do estado de São Paulo nas eleições de outubro, tarefa indicada por Lula e pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para garantir um palanque mais fortalecido à reeleição do presidente no maior colégio eleitoral do país. Nas últimas semanas, Haddad tem realizado um conjunto de movimentações pouco usuais aos políticos brasileiros, mas que são próprias à forma como o agora ex- ministro se posiciona no interior do campo político brasileiro: além de despachar no gabinete, participar de seminários partidários e de conversas sobre seu papel nas próximas eleições, ele tem-se dedicado ao lançamento de um livro cujo objetivo não é outro senão a interpretação do modo de produção soviético e do caráter do capitalismo contemporâneo.

Se, nas palavras de Haddad, ele “não poderia deixar o ministério da Fazenda sem publicar este livro”¹, supomos que isso se deva menos ao anseio de debater, por exemplo, a caracterização do sistema inaugurado após a Revolução Russa e mais à necessidade de apresentar-se, novamente, como um político intelectual às vésperas de participar de mais uma disputa eleitoral decisiva contra a extrema direita. Pode-se dizer que, com sua intervenção pública e acadêmica, o ministro buscou aproximar-se da experiência de uma geração anterior de intelectuais uspianos, com trajetória vinculada ao marxismo, que se inseriram na vida política nacional – analisada no excelente livro de Fábio Mascaro Querido, *Lugar periférico, ideias modernas* (2024).

Um exemplo desse tipo de intervenção de Fernando Haddad (2025) pôde ser visto em recente entrevista a Daniel Denvir no portal *Phenomenal World*, na qual se combina o balanço de sua atuação no ministério de Lula com o esforço de apresentar uma elaboração teórica a respeito de temas como a crise do neoliberalismo e da globalização, a emergência da extrema direita, bem como suas consequências para Estados, classes sociais e para a intervenção da esquerda. Revela-se, então, um personagem singular, um dos poucos quadros políticos brasileiros que se dispõe a intervir no debate público mobilizando conceitos e participando de polêmicas intelectuais e acadêmicas.

Diferentemente de outras lideranças do PT, Haddad nunca foi um líder social ou sindical, nem se destacou como liderança política e partidária antes de ocupar posições de respon-

*Doutorando em Ciência Econômica (Unicamp) e mestre em Sociologia (USP).

**Doutor em Sociologia (USP), pesquisador de pós-doutorado no IFCH-Unicamp e pesquisador associado ao Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic-USP). É autor de *O solo movediço da globalização* (Boitempo, 2022). Artigo publicado originalmente no blog Boitempo em 19.03.2026

¹Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_0GJoqVnP_c&t=2099s>. Acesso em 19 mar. 2026.

sabilidade em administrações petistas. Haddad tornou-se uma figura central da política brasileira por ser um quadro de governo, cuja ascensão, por certo, deve-se a sua trajetória intelectual, marcadamente interdisciplinar, o que lhe permite curiosamente soar como um analista distanciado de acontecimentos que protagoniza. Além disso, o ministro costuma enfatizar que as linhas-mestras da política econômica do atual governo foram por ele propostas, antes de sua nomeação, ao presidente Lula. Não seria exagero afirmar, portanto, que Haddad é um dos principais formuladores do atual governo. Por tudo isso, é incontornável levar a sério o que ele diz – afinal, como notou Pierre Bourdieu (1989), em política, “dizer é fazer”.

Mais do que interpretações realizadas por um intelectual que também vem a ser ministro de Estado, a entrevista deve ser vista como uma tomada de posição no campo político e como um esforço de ordenamento da realidade social e econômica de modo a justificar suas ações. Haddad responde às questões propostas apresentando-se em três figurinos: por vezes, surge o primeiro, o analista, a indicar os constrangimentos estruturais que justificam as escolhas ortodoxas e fiscalistas do segundo, o ministro; noutras, aparece o terceiro, o dirigente político, que indica o pragmatismo necessário para “empurrar o vagão” na direção certa. Fica a impressão, porém, de que os três não podem vestir o mesmo personagem: um deles sempre termina excluído. Para avaliar as posições do entrevistado, no entanto, é fundamental analisar concretamente o governo Lula e a política econômica adotada pelo ministro: trata-se realmente de uma alternativa ao neoliberalismo?

O caráter do governo Lula

Para o Haddad analista, as enormes dificuldades trazidas pela extrema-direita tornaram necessária a construção, em 2022, de uma “aliança com o que restou da centro-direita” para formar um “governo de coalizão com aspectos de um programa de centro”, mas que resgatasse direitos sociais. Parágrafos depois, o Haddad ministro rejeita caracterização mais sintética, feita por José Dirceu, de que Lula “montou um governo de centro-direita” – assumi-la, afinal, criaria dificuldades para sustentar, na mesma entrevista, que o governo, do qual é o principal formulador, foi o “mais progressista” e o “mais à esquerda” entre as administrações petistas, criando embaraços, ao mesmo tempo, ao Haddad dirigente da esquerda que espera trazer “mais imaginação socialista” para o debate.

Em seu benefício, por outro lado, cabe reconhecer que pode ser inócuo um balanço do governo Lula baseado em alguma espécie de régua com coordenadas políticas de pouco significado concreto. Faz mais sentido avaliar escolhas à luz do enfrentamento ao neoliberalismo e à ascensão da extrema-direita. Não é possível, aqui, retomar o longo debate sobre a experiência dos governos petistas, mas valeria lembrar, por exemplo, o alerta de Francisco de Oliveira, em *O ornitorrinco* (2003), sobre os riscos políticos da conversão, ainda antes do primeiro governo Lula, de antigos dirigentes petistas em administradores de fundos de pen-

são, que paulatinamente assumiram a administração de antigas empresas estatais privatizadas. Estas, transformadas posteriormente em *corporations*, vincularam-se a redes globais de produção e ao capital transnacional², que atualmente controla ou tem enorme participação em setores estratégicos da economia brasileira, como mineração, geração e distribuição de energia elétrica, petróleo e gás, telecomunicações, etc.

É evidente que a esquerda no governo não apenas “assistiu”, como sugere Haddad, à integração à globalização neoliberal e a suas consequências, mas a promoveu e chegou a celebrá-la, em certo momento, como a demonstração de que o Brasil se equiparava às grandes potências com suas empresas “campeãs nacionais” e, logo, “campeãs mundiais”. A crise de 2015-2016, seguida pelo golpe do impeachment de Dilma Rousseff – que iniciara um ajuste recessivo contra sua própria base social –, desmontou uma série de conquistas anteriores, como a redução de índices de pobreza e miséria – dependentes da discricionariedade da gestão orçamentária –, revelando seu caráter conjuntural e reversível em circunstâncias políticas e econômicas adversas, levando à crise do lulismo, como reconheceu André Singer (2018). Os governos Temer e Bolsonaro aprofundaram a reversão, com a imposição do “teto de gastos”, das reformas da previdência e trabalhista, que destruíram direitos sociais, além da autonomia do Banco Central (BC). O retorno de Lula à presidência não reverteu nenhuma dessas medidas, a despeito das promessas de campanha nesse sentido.

O projeto mais importante de Haddad na Fazenda foi a instituição do “Regime Fiscal Sustentável”. Como apontaram Pedro Zahluth Bastos (2024), e Clara Brenck e Lucca Rodrigues (2025), a regra fiscal do atual governo está baseada numa lógica de austeridade que visa, em última instância, à redução da participação do Estado na economia. No plano teórico, a existência de regras fiscais é justificada pelo fato de conferirem estabilidade e previsibilidade à trajetória da dívida pública. Desenvolvidas no interior da chamada “nova síntese neoclássica”³ a partir dos anos 1990, tais regras teriam supostamente a capacidade de incentivar o crescimento econômico por estimularem os capitalistas, tendo suas expectativas positivamente influenciadas pela disciplina fiscal, a realizar suas decisões de gastos privados no presente. Trata-se, portanto, de receituário oposto à adoção de uma política fiscal ativa de gastos do governo com vistas à manutenção do pleno emprego, impossível de ser alcançado pela livre ação dos agentes privados.

Não por acaso, os atuais baixos índices de desemprego – muito embora condicionados por larga informalidade, crescente precarização do trabalho e pela flexibilização de contratos após a reforma trabalhista – são atualmente ameaçados não apenas pela política monetária conscientemente contracionista do BC sob Gabriel Galípolo, o antigo secretário-executivo de Haddad, como também pela política fiscal praticada pelo Ministério da Fazenda, cujos secretá-

²Como analisamos em Aguiar (2022) e Aguiar e Micussi (2022).

³Modelo que baseia teoricamente, por exemplo, tanto a autonomia operacional do BC quanto o regime de metas de inflação, instituído, em 1999, no auge do neoliberalismo brasileiro.

rios afirmam atuar “em harmonia” com o objetivo do BC de desacelerar o crescimento⁴, conforme atestam dados elaborados pelo próprio ministério⁵. A reforma do Imposto de Renda, por sua vez, recompôs parcialmente perdas antigas por falta de atualização da tabela para o limite inferior de renda e introduziu nova alíquota mínima para rendas anuais superiores a R\$ 600 mil. Por mais que seja um passo meritório em direção à justiça tributária no país, como apontam Guilherme Martins, João Gomes e Guilherme Arten (2025), seus efeitos sobre a progressividade tributária são limitados e ela, infelizmente, não é capaz de eliminar a regressividade no topo da distribuição de renda no país.

A política internacional do governo também é marcada pela ambiguidade: a posição ativa de Lula diante do tarifaço e das ameaças à soberania nacional brasileira por Donald Trump tem sido acompanhada por uma estratégia de aprofundamento da abertura comercial e financeira, da qual a conclusão do acordo com a União Europeia é o maior exemplo. Analistas como Marcio Pochmann e Luciana Caetano da Silva (2023) têm vinculado tal agenda à desindustrialização e à perda de dinamismo da economia nacional, crescentemente dependente de atividades extrativistas e agropecuárias. André Singer, Cícero Araújo e Fernando Rugitsky (2022), por sua vez, apontaram para a necessidade de ampliar a capacidade de intervenção estatal, retomando políticas industriais e de proteção social, como forma de escapar do “inferno global” trazido pela crise do neoliberalismo. De nossa parte, fica a impressão de que é necessária muita “imaginação socialista” para considerar acordos comerciais, regimes de combate à inflação e regras fiscais inspirados em políticas dos anos 1990 como alternativas ao neoliberalismo.

Classes sociais telepáticas?

Parte importante da mencionada entrevista a Daniel Denvir é dedicada às reflexões de Haddad sobre a necessidade de se construir de uma nova teoria das classes sociais. Para o analista, é preciso “compreender a heterogeneidade das classes não- proprietárias. O que há de homogêneo no capitalismo são as classes proprietárias – tão coesas que agem quase que por telepatia: sabem exatamente o que defender. É como se pudessem prescindir da política.”

A formulação é intrigante – afinal, Haddad parece sugerir que os capitalistas agem e pensam de forma coesa, de modo que seriam virtualmente capazes de renunciar à política –, mas incorreta. Como uma série de investigações demonstra, a classe capitalista é marcada

⁴Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/coluna/mello-ve-alinhamento-entre-fiscal-e-monetario.ghtml>>, acesso em 20 fev. 2026.

⁵De acordo com boletim publicado em dezembro de 2025: “Entre o terceiro trimestre de 2024 e o segundo de 2025 o IEG [impulso estrutural do gasto] foi contracionista, refletindo uma orientação voltada à consolidação fiscal a partir de meados de 2024 e evidenciando que o esforço fiscal empreendido a partir de meados de 2024, voltado para coordenar ações com a política monetária, contou com medidas incidentes sobre a trajetória das despesas”, grifos nossos. Disponível em: <<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/conjuntura-economica/estudos-economicos/2025/boletim-ieg-2024-previa-de-2025.pdf>>, acesso em 20 fev. 2026.

por divisões e disputas, agindo de forma coesa apenas praticamente nos momentos em que encontram o conjunto da classe trabalhadora como seu adversário comum.⁶ Ainda que não fosse assim, seria possível afirmar que os capitalistas são capazes de renunciar à política? Na realidade, suas cisões revelam que a classe dominante não apenas não pode renunciar à política, como dela necessita. Embora distinções entre economia e política sejam, na maioria dos casos, arbitrárias, vale notar que a conformação das classes sociais não se realiza por completo unicamente na esfera econômica. A consciência política burguesa não se forma espontaneamente a partir da propriedade ou direção cotidiana de empresas, bancos e grandes indústrias. São igualmente necessários espaços de socialização e organização, que servem como aglutinadores de interesses e produtores de visões comuns de mundo. Curiosamente, boa parte deles são frequentados, quando não promovidos, pelo poder político constituído e por seus agentes. É, sobretudo, por meio da política que os capitalistas se articulam e atuam como classe, forjando discursos e engendrando suas ações para influenciar a política econômica, por exemplo.

O Brasil contemporâneo, afinal, oferece muitos exemplos disso. Em meados de 2022, poucos meses antes do primeiro turno das eleições presidenciais, grandes industriais, empresários e banqueiros passaram a manifestar-se em oposição a Jair Bolsonaro. À época, organizaram manifestos e se fizeram presentes em atos públicos em defesa da democracia. Pouco tempo depois, boa parte desses capitalistas impulsionaram a campanha à presidência da então senadora Simone Tebet (MDB). Enfim configurado o segundo turno, os mesmos empresários declararam apoio a Lula, não sem antes apresentarem uma importante condição: a chapa encabeçada pelo PT deveria comprometer-se a manter a política de ajuste fiscal praticada no país – depois cristalizada no referido “Regime Fiscal Sustentável”.⁷ Ao contrário do que sugere Haddad, portanto, o ajuste fiscal foi uma demanda vocalizada por líderes capitalistas, e não o resultado de uma iniciativa do governo por um “ajuste de contas sustentado pela classe rica”.

Os figurinos, a crítica e o horizonte da esquerda

Fernando Haddad ocupou nos últimos anos uma posição curiosa na política brasileira. Em discursos no Congresso Nacional, fez questão de relembrar sua formação acadêmica. Em encontros anuais de bancos, mostrou compromisso com manuais de economia *mainstream*, buscando “ancorar as expectativas do mercado” ao garantir que as metas fiscais anuais seriam cumpridas. Na grande imprensa, reafirmou seu compromisso com o ajuste fiscal, ensaiando, não

⁶A literatura a respeito é ampla: pode-se mencionar, como exemplo, a obra de referência de Poulantzas (2019 [1968]). Há vários trabalhos recentes, no Brasil e no exterior, que argumentam nessa direção, como Boito Jr. (2018), Flores e Narciso (orgs.) (2021), e Robinson (2014). Em Micussi e Aguiar (2023), analisamos como, durante campanha pela aprovação da reforma trabalhista, em 2017, diferentes frações burguesas atuaram conjuntamente num primeiro momento para, em seguida, abrirem novas disputas internas.

⁷O fato foi descrito por Singer (2023) e explicitado por José Dirceu, insuspeito de antilulismo, em entrevista a Kennedy Alencar em 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=POLA91gbynk&t=1s>>, acesso em 20 fev. 2026.

raro, críticas ao patrimonialismo brasileiro. Já em veículos da esquerda, com os quais não se furta a dialogar, reivindica o socialismo e critica o neoliberalismo.

Há dois diagnósticos fundamentais apresentados por Haddad na entrevista a Daniel Denvir: o dirigente político questiona a retração da imaginação e do horizonte político da esquerda nas últimas décadas e o analista afirma a necessidade de recuperar a contradição como elemento central para a análise da vida social e política. Pelo que buscamos argumentar, no entanto, a política do ministro não amplia horizontes de enfrentamento ao neoliberalismo em crise nem tampouco busca superar contradições históricas da sociedade brasileira. Estamos às portas de uma nova disputa eleitoral contra o bolsonarismo e, nela, Fernando Haddad terá participação importante, enfrentando Tarcísio de Freitas em São Paulo.

Uma vitória de Lula, em 2026, será mais uma vez necessária para impedir o avanço da extrema direita, com repercussões globais. Por outro lado, sem a realização de transformações estruturais que enfrentem as causas da crise contemporânea, pode-se estar apenas ganhando tempo. Por isso, deve-se certamente reafirmar a importância da contradição e da crítica, mas sem a restringir às circunstâncias dos homens de governo, de modo a não limitar o próprio universo daquilo que é possível pensar, dizer e fazer politicamente. Apesar de seu desejo de colocar a dialética “no lugar certo”, os figurinos de Haddad mais limitam horizontes do que expandem reais possibilidades de futuro.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Thiago. **O solo movediço da globalização**: trabalho e extração mineral na Vale S.A. São Paulo: Boitempo, 2022.

AGUIAR, Thiago; MICUSSI, Pedro. Transnational Corporations and Capitalists from the Global South: Natura & Co. and the IEDI. **Latin American Perspectives**, 49(5), 86–99, 2022. <https://doi.org/10.1177/0094582X221114824>.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A encruzilhada fiscal de Lula. **Phenomenal World**, 9 maio 2024. Disponível em: <https://www.phenomenalworld.org/pt-br/analises/a-encruzilhada-fiscal-de-lula/>. Acesso em: 19 mar. 2026

BOITO JR., Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Unicamp, 2018.

BOURDIEU, Pierre. “A representação política. Elementos para uma teoria do campo político”. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRENCK, Clara Zanon; RODRIGUES, Lucca. Orçamento em disputa. **Phenomenal World**, 25 jul. 2025. Disponível em: <https://www.phenomenalworld.org/pt-br/analises/orcamento-em-disputa>. Acesso em: 19 mar. 2026

FLORES, André; NARCISO, Pedro (orgs.). **A burguesia brasileira em ação**: de Lula a Bolsonaro. Curitiba: Enunciado Publicações, 2021.

HADDAD, Fernando. O Brasil e o sistema-mundo. Entrevista concedida a Daniel Denvir. **Phenomenal World**, 28 nov. 2025. Disponível em: <https://www.phenomenalworld.org/pt-br/entrevistas-br/brazil-and-the-world-system/>. Acesso em: 19 mar. 2026.

MARTINS, Guilherme Klein; GOMES, João Pedro de Freitas; ARTHEN, Guilherme. *Reforma do IRPF: avanços, limites e caminhos para maior progressividade*. São Paulo: Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (MADE/USP), 2025. (Nota de Política Econômica, n. 71). Disponível em: <https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2025/06/npe71-reformairpf.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2026.

MICUSSI, Pedro; AGUIAR, Thiago. Lucros, greves e salários: a grande burguesia industrial pela aprovação da reforma trabalhista no Brasil. **REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – POLÍTICA & TRABALHO**, [S. l.], n. 58, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/64704>. Acesso em: 15 set. 2023.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista / O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

POCHMANN, Marcio; SILVA, Luciana. **O Brasil no capitalismo do século XXI**. Campinas: Editora da Unicamp, 2023.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Tradução: Maria Leonor F. R. Loureiro e Danilo Enrico Martuscelli. Campinas: Editora da Unicamp, 2019 [1968].

QUERIDO, F. M. **Lugar periférico, ideias modernas**: aos intelectuais paulistas as batatas. São Paulo: Boitempo, 2024.

ROBINSON, William I. **Global Capitalism and the Crisis of Humanity**. New York: Cambridge University Press, 2014.

SINGER, André. Lula's return. *New Left Review*, Londres, n. 139, p. 5-32, jan./fev. 2023. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii139/articles/andre-singer-lula-s-return>. Acesso em: 20 fev. 2026.

O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, André; ARAÚJO, Cícero; RUGITSKY, Fernando. “Introdução: O Brasil na vanguarda do inferno global”. **O Brasil no inferno global**: capitalismo e democracia fora dos trilhos. São Paulo: FFLCH/USP, 2022.